

HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO

MANUAL DE DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL  
CONTEMPORÂNEO

3ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3ª andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | [sac.saraiva@osomoseducao.com.br](mailto:sac.saraiva@osomoseducao.com.br)

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência de projetos e produção editorial** Fernando Penteadó

**Planejamento** Josiane de Araujo Rodrigues

**Novos projetos** Sérgio Lopes de Carvalho  
Dalila Costa de Oliveira

**Edição** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Aline Darcy Fiór de Souza

**Produção editorial** Daniele Debora de Souza (coord.)  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Daniela Maria Chaves Carvalho  
Kelli Priscila Pinto  
Laura Paraiso Buldrini Filogônio  
Marília Cordeiro  
Nicoly Wasconcelos Razuk

**Diagramação** SBNigri Artes e Textos Ltda.  
**Revisão** Carmem Becker  
**Capa** Aero Comunicação  
**Produção gráfica** Marl Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Barbra

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Pinho, Humberto Daila Bernardina de

Manual de direito processual civil contemporâneo / Humberto Daila Bernardina de Pinho. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.  
1520 p.

1. Processo civil. 2. Processo civil – Brasil. 3. Processo civil – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD 347  
CDU 347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil : Brasil

Data de fechamento da edição: 6-11-2020

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE 751940

## Sumário

<i>Prefácio</i> .....	35
<i>Apresentação</i> .....	37
<i>Primeiras palavras</i> .....	39
<b>PARTE I – A TEORIA GERAL DO PROCESSO E A PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL</b> .....	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
Direito processual: conceito, natureza e o acesso à Justiça. ....	43
1.1 Considerações introdutórias .....	43
1.2 As formas clássicas de composição de litígios .....	44
1.2.1 Autodefesa (ou autotutela) .....	44
1.2.2 Autocomposição .....	46
1.2.3 Heterocomposição e juízo arbitral .....	46
1.2.4 Jurisdição/processo estatal .....	47
1.3 As formas contemporâneas de resolução de conflitos .....	47
1.3.1 Negociação .....	47
1.3.2 Conciliação e mediação .....	50
1.3.3 Arbitragem .....	51
1.4 Correntes unitarista e dualista da ciência processual .....	52
1.5 Movimentos de acesso à Justiça .....	53
1.5.1 O acesso à Justiça como aspecto do Estado de direito .....	53
1.5.2 A problematização da insuficiência do acesso à Justiça .....	54
1.5.3 O conteúdo do princípio do acesso à Justiça .....	56
<b>CAPÍTULO 2</b>	
Fontes do direito processual civil brasileiro .....	61

### =====**CAPÍTULO 3**

Evolução histórica . . . . .	67
3.1 Considerações gerais . . . . .	67
3.2 O Direito Processual no Brasil Colônia . . . . .	67
3.3 O Processo durante o Império . . . . .	69
3.4 O advento da República: dos Códigos Estaduais ao CPC/1939 . . . . .	70
3.5 O CPC/73 e as sucessivas reformas processuais durante as décadas de 1990 e de 2000 . . . . .	71
3.6 O processo legislativo do Novo Código de Processo Civil . . . . .	76
3.7 O marco legal dos mecanismos adequados de resolução de conflitos . . . . .	78
3.8 Perspectivas para as futuras alterações na legislação processual civil brasileira . . . . .	81

### =====**CAPÍTULO 4**

Princípios gerais do direito processual civil . . . . .	85
4.1 Generalidades . . . . .	85
4.2 Os princípios em espécie . . . . .	86
4.2.1 Devido processo legal . . . . .	86
4.2.2 Isonomia ou igualdade entre as partes . . . . .	88
4.2.3 Contraditório e ampla defesa . . . . .	90
4.2.4 Juiz natural . . . . .	93
4.2.5 Inafastabilidade do controle jurisdicional . . . . .	93
4.2.6 Publicidade dos atos processuais . . . . .	95
4.2.7 Motivação das decisões judiciais . . . . .	95
4.2.8 Impulso oficial do processo . . . . .	97
4.2.9 Inadmissibilidade da prova obtida por meios ilícitos . . . . .	98
4.2.10 Livre convencimento motivado ou persuasão racional do juiz . . . . .	99
4.2.11 Economia processual . . . . .	99
4.2.12 Duração razoável do processo . . . . .	100
4.2.13 Cooperação . . . . .	103
4.2.14 Conciliação . . . . .	107
4.2.15 Duplo grau de jurisdição . . . . .	108
4.3 A noção de processo justo e as garantias fundamentais . . . . .	108
4.4 O impacto do CPC/2015 na principiologia constitucional-processual . . . . .	109

### =====**CAPÍTULO 5**

A norma processual: interpretação e integração – eficácia no tempo e no espaço . . . . .	119
5.1 Identificação da norma processual . . . . .	119
5.2 Dimensão espacial e temporal da norma processual . . . . .	120
5.3 Formas de interpretação da norma processual . . . . .	124
5.4 Modos de integração . . . . .	126
5.5 O impacto do neoconstitucionalismo e a nova hermenêutica . . . . .	127

## CAPÍTULO 6

Jurisdição: função jurisdicional – distinção das outras funções do Estado . . . . .	131
6.1 Tentativas doutrinárias de conceituar e sistematizar o tema . . . . .	131
6.2 Evolução histórica e as teorias clássicas da jurisdição . . . . .	137
6.3 Elementos caracterizadores da jurisdição . . . . .	144
6.4 Extensão e limites da jurisdição . . . . .	147
6.5 Princípios da jurisdição . . . . .	150
6.6 Classificações da jurisdição . . . . .	153
6.7 A jurisdição voluntária . . . . .	154
6.8 A desjudicialização . . . . .	160
6.9 A jurisdição transnacional e a cooperação internacional . . . . .	163
6.9.1 Noções sobre a jurisdição transnacional . . . . .	163
6.9.2 A cooperação internacional e o CPC/2015 . . . . .	169
6.10 A jurisdição e a análise econômica do direito . . . . .	172

## CAPÍTULO 7

Órgãos da função jurisdicional: organização federal e estadual . . . . .	175
7.1 Disciplina básica, funções e missão do Poder Judiciário . . . . .	175
7.2 Órgãos do Poder Judiciário . . . . .	178
7.3 A questão peculiar dos Juizados Especiais Cíveis . . . . .	184

## CAPÍTULO 8

Ação: conceito, natureza jurídica, espécies, condições para seu regular exercício e direito de defesa . . . . .	189
8.1 Noção . . . . .	189
8.2 Teorias acerca da natureza jurídica da ação . . . . .	191
8.2.1 Teoria Imanentista, Civilista ou Clássica . . . . .	191
8.2.2 Teoria do Direito Concreto de Ação (Teoria Concreta) . . . . .	193
8.2.3 Teoria da Ação como Direito Potestativo . . . . .	194
8.2.4 Teoria da Ação como Direito Abstrato . . . . .	194
8.2.5 Teoria Eclética . . . . .	195
8.3 Características . . . . .	197
8.4 Conceito . . . . .	197
8.5 Condições da ação . . . . .	198
8.5.1 Noção . . . . .	198
8.5.2 Condições genéricas . . . . .	198
8.5.2.1 Legitimidade das partes: é a legitimidade <i>ad causam</i> . . . . .	198
8.5.2.2 Interesse processual em agir . . . . .	204
8.5.2.3 A exclusão da possibilidade jurídica do pedido do rol de condições para o regular exercício do direito de ação . . . . .	205
8.5.3 Condições específicas . . . . .	206

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

8.5.4	Aferição das condições da ação . . . . .	207
8.6	Elementos da ação . . . . .	208
8.6.1	Partes . . . . .	208
	8.6.1.1 Litisconsórcio . . . . .	208
	8.6.1.2 Intervenção de terceiros . . . . .	209
8.6.2	Causa de pedir ou <i>causa petendi</i> . . . . .	210
8.6.3	Pedido . . . . .	210

**CAPÍTULO 9**

	Competência: conceito, natureza jurídica, espécies, critérios de determinação, causas de modificação, incompetência e conflito de competência . . . . .	213
9.1	Conceito e natureza jurídica . . . . .	213
9.2	Princípios que regem a competência no direito brasileiro . . . . .	214
9.3	Critérios de determinação da competência . . . . .	216
	9.3.1 Competência internacional . . . . .	216
	9.3.2 Competência interna . . . . .	220
9.4	Concretização da jurisdição . . . . .	225
9.5	Incompetência absoluta e relativa . . . . .	226
9.6	Causas de modificação da competência . . . . .	228
	9.6.1 Conexão . . . . .	228
	9.6.2 Continência . . . . .	230
	9.6.3 Inércia . . . . .	231
	9.6.4 Vontade das partes . . . . .	231
9.7	Conflito de competência . . . . .	232
9.8	Foros especiais . . . . .	233
	9.8.1 Foro do réu incapaz . . . . .	233
	9.8.2 Foro do guardião de incapaz . . . . .	234
	9.8.3 Foro do domicílio do alimentando . . . . .	235
	9.8.4 Foro para as ações de reparação de acidente de trânsito . . . . .	235
	9.8.5 Foro do domicílio do consumidor . . . . .	236
	9.8.6 Outras hipóteses . . . . .	237
9.9	A competência nos Juizados Especiais Cíveis . . . . .	238
9.10	Cooperação nacional . . . . .	241

**CAPÍTULO 10**

	Sujeitos do processo. Partes. Litisconsórcio. Terceiros . . . . .	243
10.1	Juiz: sujeito imparcial do processo . . . . .	243
10.2	Demandante e demandado: sujeitos parciais do processo . . . . .	244
	10.2.1 Conceito . . . . .	244
	10.2.2 Litisconsórcio . . . . .	246
	10.2.3 Intervenção de terceiros . . . . .	252

10.2.3.1	Assistência e demais formas de intervenção voluntária . . . . .	253
10.2.3.2	Denúnciação da lide . . . . .	261
10.2.3.3	Chamamento ao processo . . . . .	266
10.2.3.4	O incidente de desconsideração de personalidade jurídica . . . . .	268
10.2.3.5	O <i>amicus curiae</i> . . . . .	275
10.2.3.6	Correção no polo passivo da demanda . . . . .	279
<b>CAPÍTULO 11</b>		
	O advogado e o Estatuto da OAB. O defensor público . . . . .	283
11.1	Princípios gerais da advocacia . . . . .	283
11.2	Direitos e deveres do advogado . . . . .	286
11.3	Advocacia Pública . . . . .	293
11.4	Defensoria Pública . . . . .	294
<b>CAPÍTULO 12</b>		
	O juiz e o Estatuto Jurídico da Magistratura . . . . .	301
12.1	Disposições constitucionais . . . . .	301
12.2	Poderes, deveres e responsabilidades do juiz. . . . .	304
12.3	Impedimentos e suspeições . . . . .	313
12.4	Auxiliares da Justiça . . . . .	317
<b>CAPÍTULO 13</b>		
	O Ministério Público e seu Estatuto Jurídico . . . . .	323
13.1	Origens e feição pré-Constituição de 1988 . . . . .	323
13.2	A natureza política do Ministério Público . . . . .	326
13.3	O Ministério Público na Constituição de 1988 . . . . .	328
13.4	A participação do Ministério Público no CPC / 2015 . . . . .	335
13.5	A polarização da atuação do Ministério Público nos direitos coletivos. . . . .	346
<b>CAPÍTULO 14</b>		
	Processo: conceito, natureza jurídica e espécies . . . . .	355
14.1	Noção. . . . .	355
14.1.1	Processo, procedimento e autos. . . . .	355
14.1.2	Funções atribuídas ao processo . . . . .	356
14.2	Teorias sobre a natureza jurídica do processo. . . . .	357
14.2.1	Teorias privatistas . . . . .	357
14.2.1.1	Teoria do processo como um contrato . . . . .	357
14.2.1.2	Processo como um quase contrato . . . . .	358
14.2.2	Teoria da relação jurídica processual . . . . .	359
14.2.3	Teoria do processo como situação jurídica . . . . .	363
14.2.4	Teoria do processo como instituição . . . . .	363
14.2.5	Teoria do processo como procedimento em contraditório . . . . .	364

14.2.6	Teoria do processo como categoria complexa . . . . .	365
14.2.7	Teoria do processo como categoria jurídica autônoma . . . . .	366
14.3	Conceito e natureza jurídica do processo . . . . .	366
14.4	Classificação dos processos . . . . .	367
14.4.1	Processo de conhecimento . . . . .	367
14.4.2	Processo de execução . . . . .	367
14.5	Classificação das sentenças . . . . .	368

## CAPÍTULO 15

Aspectos econômicos e éticos do processo . . . . .	371
15.1 Aspectos econômicos . . . . .	371
15.1.1 Noções gerais . . . . .	371
15.1.2 Despesas processuais . . . . .	372
15.1.3 Honorários advocatícios . . . . .	374
15.1.3.1 Origem e natureza jurídica . . . . .	374
15.1.3.2 Histórico dos honorários no ordenamento jurídico brasileiro . . . . .	377
15.1.3.3 Inovações do CPC/2015 em relação aos honorários de sucumbência . . . . .	379
15.1.3.4 Honorários de sucumbência: capítulo autônomo da sentença . . . . .	384
15.1.4 Gratuidade de justiça . . . . .	385
15.1.4.1 Regras gerais . . . . .	385
15.1.4.2 Procedimento para a concessão e para a impugnação de gratuidade de justiça . . . . .	388
15.2 Aspectos éticos do processo . . . . .	389
15.2.1 Repressão à má-fé. Responsabilidade por dano processual . . . . .	389
15.2.2 A cooperação como novo parâmetro ético dos sujeitos do processo . . . . .	391

## CAPÍTULO 16

Processo eletrônico . . . . .	401
16.1 O processo eletrônico . . . . .	402
16.2 Histórico do processo eletrônico no Brasil . . . . .	402
16.3 Princípios do processo eletrônico . . . . .	406
16.3.1 Princípio da igualdade . . . . .	407
16.3.2 Princípio do devido processo legal . . . . .	407
16.3.3 Princípios do contraditório e da ampla defesa . . . . .	408
16.3.4 Princípio da publicidade . . . . .	409
16.3.5 Princípio da duração razoável do processo . . . . .	412
16.3.6 Princípio do acesso à Justiça . . . . .	412
16.3.7 Princípio da oralidade . . . . .	413
16.3.8 Princípio da instrumentalidade das formas . . . . .	414
16.3.9 Princípio da lealdade processual e da boa-fé . . . . .	414



16.3.10 Princípio da celeridade .....	415
16.4 A Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006) .....	415
16.5 A Resolução n. 185/2013 do CNJ. ....	421
16.6 Disposições sobre processo eletrônico no CPC/2015 .....	423
16.7 O uso dos meios eletrônicos nas ferramentas consensuais de resolução de conflitos .....	425

## **CAPÍTULO 17**

Atos processuais. Teoria geral e espécies. Nulidades. ....	429
17.1 Considerações iniciais .....	429
17.1.1 O novo paradigma do processo civil constitucional .....	429
17.1.2 Visão geral dos atos processuais .....	430
17.2 Espécies de atos processuais .....	431
17.2.1 Atos processuais praticados pelas partes .....	431
17.2.1.1 Atos postulatórios .....	431
17.2.1.2 Atos instrutórios .....	432
17.2.1.3 Atos dispositivos .....	432
17.2.1.4 Atos reais ou materiais .....	433
17.2.2 Atos processuais praticados pelos juízes .....	433
17.2.2.1 Atos praticados pelos juízes tendo como destinatárias as partes .....	433
17.2.2.2 Atos praticados pelo juízo tendo como destinatário outro juízo .....	440
17.3 Tempo .....	442
17.4 Lugar .....	443
17.5 Forma .....	444
17.5.1 Disposições gerais .....	444
17.6 Prazos .....	445
17.7 Princípios .....	449
17.7.1 Princípios aplicáveis aos atos processuais em geral .....	449
17.7.1.1 Princípio da liberdade das formas .....	449
17.7.1.2 Princípio da documentação .....	449
17.7.1.3 Princípio da publicidade .....	450
17.7.1.4 Princípio da celeridade .....	450
17.7.1.5 Princípio da efetividade .....	450
17.7.2 Princípios aplicáveis aos defeitos dos atos processuais .....	450
17.7.2.1 Da causalidade .....	450
17.7.2.2 Da instrumentalidade das formas .....	451
17.7.2.3 Do prejuízo .....	451
17.7.2.4 Do legítimo interesse .....	451
17.7.2.5 Da economia processual .....	451

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

17.7.2.6	Da preclusão .....	452
17.7.2.7	Disposições suplementares .....	452
17.8	Defeitos .....	453
17.8.1	Considerações iniciais .....	453
17.8.2	Modalidades de atos processuais defeituosos .....	454
17.8.2.1	Ato inexistente .....	454
17.8.2.2	Ato nulo .....	454
17.8.2.3	Anulabilidade .....	456
17.8.2.4	Irregularidade .....	456
17.8.2.5	Ineficácia .....	457
17.8.3	Regramento imposto ao tema pelo CPC/2015 .....	458
17.9	Convenções processuais .....	458
17.9.1	Aproximação ao tema .....	458
17.9.2	As convenções no CPC/2015 .....	463
17.10	Calendarização .....	471
17.11	Atos de distribuição e registro .....	472
17.12	Atos relativos ao valor da causa .....	473

**CAPÍTULO 18**

Relação jurídica processual e pressupostos processuais .....	475
18.1 Características da relação jurídica processual .....	475
18.2 Objeto da relação jurídica processual .....	477
18.3 Pressupostos processuais .....	477

**CAPÍTULO 19**

Objeto da cognição: questões prévias e mérito. ....	489
19.1 Questões .....	489
19.1.1 Questões prévias .....	490
19.1.1.1 Questão prévia preliminar .....	490
19.1.1.2 Questão prévia prejudicial .....	491
19.1.2 Questão principal .....	493

**CAPÍTULO 20**

Tutela provisória .....	497
20.1 Observações introdutórias .....	497
20.2 Regras gerais introduzidas pelo CPC/2015 .....	498
20.3 Modalidades .....	499
20.3.1 Tutela de urgência .....	500
20.3.1.1 Disposições gerais .....	502
20.3.1.2 Limitações à concessão de tutela provisória .....	507
20.3.1.3 Tutela antecipada requerida em caráter antecedente. ....	512

20.3.1.4	Questões controvertidas sobre a tutela antecipada antecedente . . . . .	515
20.3.1.5	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente. . . . .	525
20.3.2	Tutela da evidência . . . . .	528

## **CAPÍTULO 21**

	Formação, suspensão e extinção do processo . . . . .	533
21.1	Formação do processo . . . . .	533
21.1.1	Noções gerais. . . . .	533
21.2	Suspensão do processo . . . . .	534
21.2.1	Noções gerais. . . . .	534
21.2.2	Hipóteses de suspensão. . . . .	535
21.2.2.1	Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador. . . . .	535
21.2.2.2	Convenção das partes. . . . .	537
21.2.2.3	Arguição de impedimento ou de suspeição . . . . .	538
21.2.2.4	Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas . . . . .	538
21.2.2.5	Questão prejudicial. . . . .	538
21.2.2.6	Por motivo de força maior . . . . .	541
21.2.2.7	Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo . . . . .	541
21.2.2.8	Nos demais casos que este Código regula. . . . .	542
21.2.2.9	Nas hipóteses introduzidas pela Lei n. 13.363/2016. . . . .	542
21.3	Extinção do processo . . . . .	542
21.3.1	Noções gerais. . . . .	542
21.3.2	Modalidades de extinção do processo sem resolução do mérito . . . . .	543
21.3.2.1	Indeferimento da petição inicial . . . . .	544
21.3.2.2	Negligência das partes por mais de um ano . . . . .	544
21.3.2.3	Omissão do autor por mais de trinta dias . . . . .	545
21.3.2.4	Ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento regular do processo. . . . .	545
21.3.2.5	Perempção, litispendência e coisa julgada. . . . .	545
21.3.2.6	Falta das condições da ação . . . . .	546
21.3.2.7	Convenção arbitral . . . . .	546
21.3.2.8	Desistência da ação. . . . .	547
21.3.2.9	Intransmissibilidade da ação . . . . .	547
21.3.2.10	Outros casos . . . . .	547
21.3.3	Hipóteses de resolução do mérito . . . . .	547
21.3.3.1	Acolhimento ou rejeição do pedido . . . . .	548
21.3.3.2	Prescrição e decadência . . . . .	548

21.3.3.3	Reconhecimento do pedido pelo réu	548
21.3.3.4	Transação	549
21.3.3.5	Renúncia ao direito	549

## **PARTE II – PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO; PROCEDIMENTOS ESPECIAIS; PROCESSO DE EXECUÇÃO; PROCESSO NOS TRIBUNAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS . 551**

### **SEÇÃO I**

Processo de Conhecimento	553
--------------------------	-----

### **CAPÍTULO 1**

Procedimentos	553
1.1 Procedimento comum e especial	553
1.2 O Procedimento Sumário e a Regra de Transição do art. 1.046, § 1º, do CPC/2015	555

### **CAPÍTULO 2**

Petição inicial	563
2.1 Princípios da iniciativa das partes e da inércia	563
2.2 Petição inicial	564
2.3 Requisitos da petição inicial	564
2.4 Emenda à inicial	571
2.5 Causa de pedir	572
2.6 Pedido	574
2.7 Indeferimento da inicial	580
2.8 Improcedência liminar do pedido	584

### **CAPÍTULO 3**

Audiência de conciliação ou de mediação	587
3.1 Considerações gerais	587
3.2 Exame do art. 334 do CPC	592
3.3 Possibilidade de realização de audiências não presenciais	598
3.4 Limites do acordo: os direitos indisponíveis não transacionáveis e o art. 3º, § 2º, da Lei de Mediação	598

### **CAPÍTULO 4**

Respostas do réu e revelia	603
4.1 Introdução	603
4.2 citação	603
4.2.1 Conceito	603
4.2.2 Litisconsórcio	605
4.2.3 Recebimento da inicial e determinação da intimação e citação do réu	605

4.2.4	Destinatários . . . . .	606
4.2.5	Local . . . . .	607
4.2.6	Impedimentos . . . . .	607
4.2.7	Tempo da citação . . . . .	608
4.2.8	Efeitos da citação . . . . .	608
4.2.9	Modalidades . . . . .	609
4.2.10	Citação: pressuposto processual ou condição de eficácia do processo em relação ao réu? . . . . .	614
4.2.11	Sentença de mérito em processo sem a citação do réu . . . . .	616
4.3	Espécies de defesa . . . . .	617
4.3.1	Objecção . . . . .	619
4.4	Matérias de defesa – impedimento e suspeição . . . . .	620
4.5	Contestação . . . . .	622
4.5.1	Requisitos e forma . . . . .	623
4.5.2	Prazo . . . . .	623
4.5.3	Princípio da concentração ou eventualidade . . . . .	624
4.5.4	Ônus da impugnação especificada . . . . .	629
4.6	Reconvenção . . . . .	630
4.6.1	Cabimento . . . . .	633
4.6.2	Ações dúplices . . . . .	634
4.6.3	Forma . . . . .	634
4.6.4	Prazo . . . . .	635
4.6.5	Conexão . . . . .	635
4.6.6	Ampliação subjetiva da demanda . . . . .	636
4.7	Revelia . . . . .	637

## ===== **CAPÍTULO 5**

	Providências preliminares e saneamento . . . . .	641
5.1	Não incidência dos efeitos da revelia . . . . .	641
5.2	Fato Impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor . . . . .	642
5.3	Alegações do réu . . . . .	643

## ===== **CAPÍTULO 6**

	Julgamento conforme o estado do processo . . . . .	645
6.1	Extinção do processo . . . . .	645
6.2	Julgamento antecipado do mérito . . . . .	646
6.3	Julgamento antecipado parcial do mérito . . . . .	647
6.4	Saneamento e organização do processo . . . . .	648

## ===== **CAPÍTULO 7**

	Audiência de instrução e julgamento . . . . .	653
--	---	-----

**CAPÍTULO 8**

Provas . . . . .	657
8.1 Noções gerais . . . . .	657
8.2 Objeto e incidência . . . . .	659
8.3 Natureza das normas sobre provas . . . . .	660
8.4 Destinatários da prova . . . . .	661
8.5 Classificação . . . . .	661
8.6 Meios de prova . . . . .	662
8.7 Ônus da prova . . . . .	663
8.8 Provas ilícitas . . . . .	669
8.9 Prova emprestada . . . . .	671
8.10 Prova indiciária . . . . .	675
8.11 Fases do procedimento probatório . . . . .	676
8.12 Poderes probatórios do juiz . . . . .	677

**CAPÍTULO 9**

Provas em espécie . . . . .	679
9.1 Produção antecipada de provas . . . . .	679
9.2 Ata notarial . . . . .	682
9.3 Depoimento pessoal . . . . .	682
9.4 Confissão . . . . .	685
9.5 Exibição de documento ou coisa . . . . .	688
9.6 Prova documental . . . . .	691
9.7 Documentos eletrônicos . . . . .	693
9.8 Prova testemunhal . . . . .	694
9.9 Prova pericial . . . . .	698
9.10 Inspeção judicial . . . . .	703

**CAPÍTULO 10**

Sentença e coisa julgada . . . . .	705
10.1 Introdução . . . . .	705
10.1.1 Conceito de sentença . . . . .	705
10.1.2 Classificação das sentenças . . . . .	707
10.2 Disposições gerais . . . . .	710
10.2.1 Sentenças que não resolvem o mérito . . . . .	711
10.2.2 Sentenças que resolvem o mérito . . . . .	723
10.3 Elementos e efeitos da sentença . . . . .	725
10.3.1 Elementos essenciais da sentença . . . . .	726
10.3.2 Efeitos da sentença . . . . .	730
10.3.3 Princípio da demanda e princípio da congruência . . . . .	731
10.3.4 Interpretação da sentença . . . . .	733

10.3.5	O art. 493 do CPC . . . . .	734
10.3.6	Correção. . . . .	736
10.4	Remessa necessária . . . . .	736
10.5	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa . . . . .	740
10.5.1	Disposições gerais . . . . .	740
10.5.2	O cabimento das medidas estruturantes em obrigações de fazer descumpridas. . . . .	742
10.5.3	O art. 498: obrigação de entregar coisa . . . . .	748
10.5.4	O art. 501: declaração de vontade . . . . .	749
10.6	Coisa julgada. . . . .	750
10.6.1	Coisa julgada material e formal . . . . .	750
10.6.2	Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada . . . . .	752
10.6.3	Fundamentos da coisa julgada . . . . .	756
10.6.4	Preclusão . . . . .	761
10.6.5	Regime especial da coisa julgada na ação civil pública . . . . .	762

## CAPÍTULO 11

	Liquidação de sentença . . . . .	767
11.1	Aspectos gerais . . . . .	767
11.2	Conceito de sentença e sua liquidação . . . . .	770
11.3	Legitimidade para a liquidação de sentença . . . . .	772
11.4	Modalidades de liquidação de sentença . . . . .	772
11.4.1	Liquidação por arbitramento . . . . .	773
11.4.2	Liquidação pelo procedimento comum. . . . .	774
11.5	Liquidação de sentença penal condenatória e no processo coletivo . . . . .	774

## CAPÍTULO 12

	Cumprimento de sentença . . . . .	777
12.1	Disposições gerais . . . . .	777
12.2	Características . . . . .	779
12.3	Princípios. . . . .	780
12.4	Pressupostos . . . . .	781
12.5	Atributos da obrigação a ser executada . . . . .	782
12.6	Títulos executivos judiciais. . . . .	783
12.6.1	Introdução e conceito dos títulos executivos. . . . .	783
12.6.2	Classificação dos títulos executivos . . . . .	783
12.6.3	Títulos executivos judiciais. . . . .	784
12.6.4	O protesto da decisão judicial e demais disposições . . . . .	788
12.7	Jurisdição e competência no cumprimento de sentença . . . . .	791
12.7.1	Limites e controle da jurisdição . . . . .	791

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

12.7.2	Competência . . . . .	791
12.7.3	A competência dos tribunais nas causas de competência originária . . .	792
12.7.4	Competência funcional . . . . .	792
12.7.5	Competência para execução da sentença penal condenatória, da sentença arbitral, da sentença estrangeira e da decisão interlocutória estrangeira . . . . .	793
12.8	Execução provisória e definitiva . . . . .	795
12.9	Das espécies de cumprimento de sentença . . . . .	797
12.9.1	Do cumprimento provisório da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa . . . . .	797
12.9.2	Do cumprimento definitivo da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa . . . . .	798
12.9.2.1	Penhora e avaliação . . . . .	802
12.9.2.2	Impugnação ao cumprimento de sentença . . . . .	804
12.9.2.3	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V) . . . . .	807
12.9.3	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos . . . . .	808
12.9.4	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública . . . . .	812
12.9.5	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer . . . . .	815
12.9.5.1	Meios executivos . . . . .	819
12.9.5.2	<i>Astreintes</i> . . . . .	820
12.9.6	Do cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa . . . . .	823
12.10	Regime especial do cumprimento de sentença na ação civil pública . . . . .	824

**SEÇÃO II**

Procedimentos Especiais . . . . .	827
-----------------------------------	-----

**CAPÍTULO 1**

Procedimentos de jurisdição contenciosa . . . . .	827
1.1 Disposições gerais . . . . .	827
1.2 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária . . . . .	831

**CAPÍTULO 2**

Ação de consignação em pagamento . . . . .	835
2.1 Noções gerais . . . . .	835
2.2 Natureza do instituto da consignação . . . . .	836
2.3 Natureza processual da ação de consignação . . . . .	836
2.4 Prestações passíveis de consignação . . . . .	837



2.5	Cabimento da consignação. . . . .	837
2.6	Pressupostos para o pagamento em consignação. . . . .	838
2.7	Liquidez da prestação devida . . . . .	839
2.8	Consignação principal e incidental . . . . .	840
2.9	Consignação em pagamento de título cambiário e cambiariforme. . . . .	840
2.10	Competência . . . . .	841
2.11	Legitimação <i>ad causam</i> . . . . .	842
	2.11.1 Legitimidade ativa . . . . .	842
	2.11.2 Legitimidade passiva . . . . .	843
2.12	Prestações sucessivas. . . . .	843
2.13	Causa de pedir. . . . .	845
2.14	Pedido . . . . .	846
2.15	Efeitos da consignação . . . . .	847
2.16	Procedimento da consignação em pagamento . . . . .	847
	2.16.1 Procedimento extrajudicial. . . . .	847
	2.16.2 Procedimento judicial em caso de mora do credor. . . . .	851
	2.16.2.1 Petição inicial . . . . .	851
	2.16.2.2 Valor da causa . . . . .	851
	2.16.2.3 Depósito . . . . .	852
	2.16.2.4 Obrigação alternativa . . . . .	853
	2.16.2.5 Citação . . . . .	853
	2.16.2.6 Resposta do demandado. . . . .	853
	2.16.2.7 Complementação do depósito. . . . .	855
	2.16.2.8 Sentença . . . . .	857
	2.16.3 Procedimento judicial com risco de pagamento ineficaz . . . . .	857
2.17	Resgate da enfiteuse . . . . .	861
2.18	Consignação de aluguéis e acessórios na locação . . . . .	861

### CAPÍTULO 3

Ação de exigir contas . . . . .	863
3.1 Noções gerais . . . . .	863
3.2 Natureza jurídica. . . . .	864
3.3 Cabimento. . . . .	865
3.4 Legitimação e interesse . . . . .	865
3.5 Organização e prova das contas . . . . .	867
3.6 A prestação de contas ativa. . . . .	868
3.6.1 Sucumbência . . . . .	870

### CAPÍTULO 4

Ações possessórias. . . . .	871
4.1 Noções gerais . . . . .	871

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

4.2	Procedimento especial . . . . .	872
4.3	O procedimento comum e o procedimento sumaríssimo do Juizado Especial . . . . .	878
4.4	A liminar e sua natureza jurídica . . . . .	878
4.5	A ação de natureza dúplice. . . . .	880
4.6	Fungibilidade dos procedimentos . . . . .	881
4.7	Espécies de proteção possessória . . . . .	882
4.8	A natureza das ações possessórias: real ou pessoal? . . . . .	883
4.9	Incidentes nas ações possessórias. . . . .	884
4.9.1	Embargos de terceiro . . . . .	884
4.9.2	Embargos de retenção . . . . .	885
4.9.3	Nomeação à autoria e denunciação da lide . . . . .	885
4.10	Procedimento de manutenção, da reintegração da posse e do interdito proibitório – peculiaridades dos procedimentos. . . . .	885
4.10.1	Ação de manutenção de posse . . . . .	885
4.10.2	Ação de reintegração de posse . . . . .	887
4.10.3	Interdito proibitório . . . . .	889
4.11	A sentença nas ações de manutenção de posse, de reintegração de posse e no interdito proibitório . . . . .	891
4.12	A fase de execução do julgado . . . . .	891

**CAPÍTULO 5**

	Ação de demarcação e ação de divisão de terras particulares. . . . .	893
5.1	Noções gerais . . . . .	893
5.2	Legitimidade . . . . .	894
5.3	Natureza dúplice das ações divisória e demarcatória . . . . .	896
5.4	Foro competente. . . . .	896
5.5	Procedimento . . . . .	896
5.5.1	Disposições gerais . . . . .	896
5.5.2	Ação de demarcação . . . . .	897
5.5.3	Ação de divisão . . . . .	900

**CAPÍTULO 6**

	Ação de dissolução parcial de sociedade. . . . .	903
6.1	Considerações . . . . .	903
6.2	A dissolução das sociedades . . . . .	903
6.3	Cabimento da dissolução parcial de sociedades . . . . .	904
6.4	Legitimidade para agir . . . . .	905
6.5	Procedimento de dissolução. . . . .	905

**CAPÍTULO 7**

	Ação de inventário e partilha . . . . .	909
--	---	-----

7.1	Noções gerais . . . . .	909
7.2	Inventário negativo . . . . .	911
7.3	Competência . . . . .	912
7.4	Universalidade de foro da sucessão . . . . .	912
7.5	Questões de “alta indagação” . . . . .	913
7.6	Administrador provisório e inventariante . . . . .	914
7.7	Legitimidade . . . . .	916
7.8	Cumulação de ações no inventário . . . . .	917
7.9	Procedimento do inventário . . . . .	917
7.9.1	Petição inicial . . . . .	918
7.9.2	Primeiras declarações . . . . .	919
7.9.3	Citações e interveniências . . . . .	919
7.9.4	Avaliação judicial . . . . .	920
7.9.5	Últimas declarações . . . . .	921
7.9.6	Cálculo do imposto . . . . .	921
7.9.7	Colações . . . . .	922
7.9.8	Sonegação . . . . .	922
7.9.9	Pagamento das dívidas . . . . .	923
7.10	A partilha . . . . .	923
7.10.1	Conceito e espécies . . . . .	923
7.10.2	Partilha judicial. Petição de quinhão. Deliberação. Princípios . . . . .	924
7.10.3	Esboço e lançamento da partilha . . . . .	926
7.10.4	Sentença da partilha . . . . .	927
7.10.5	Pacto de não partilhar . . . . .	929
7.10.6	A emenda ou retificação da partilha . . . . .	929
7.10.7	A partilha e as ações de investigação de paternidade, de petição de herança e de nulidade de testamento . . . . .	930
7.10.8	Invalidação da partilha . . . . .	931
7.10.9	Partilha amigável e partilha judicial . . . . .	932
7.10.10	Ação rescisória de partilha . . . . .	933
7.11	O arrolamento . . . . .	935
7.11.1	Procedimento do arrolamento sumário . . . . .	936
7.11.2	Procedimento do arrolamento comum . . . . .	937
7.12	Das disposições comuns . . . . .	938
7.12.1	Medidas cautelares (art. 668) . . . . .	938
7.12.2	Sobrepartilha (art. 669) . . . . .	938
7.12.3	Curatela especial ao herdeiro (art. 671) . . . . .	939
7.12.4	Inventários acumulados (arts. 672 e 673) . . . . .	939
7.12.5	Honorários de advogado . . . . .	940
7.12.6	Extinção do processo por paralisação da causa . . . . .	940

7.12.7	Assistência judiciária . . . . .	940
7.12.8	Terceiros prejudicados (art. 674). . . . .	941

## **CAPÍTULO 8**

Embargos de terceiro . . . . .	943	
8.1	Noções gerais . . . . .	943
8.2	Natureza jurídica. . . . .	943
8.3	Cabimento e conteúdo. . . . .	944
8.4	Legitimidade . . . . .	945
8.5	Prazo . . . . .	948
8.6	Competência. . . . .	949
8.7	Procedimento . . . . .	950

## **CAPÍTULO 9**

Oposição. . . . .	955	
9.1	Noções gerais . . . . .	955
9.2	Natureza jurídica. . . . .	955
9.3	Cabimento. . . . .	956
9.4	Legitimidade . . . . .	956
9.5	Competência. . . . .	957
9.6	Procedimento . . . . .	957

## **CAPÍTULO 10**

Habilitação. . . . .	959	
10.1	Noções gerais . . . . .	959
10.2	Natureza jurídica. . . . .	960
10.3	Cabimento. . . . .	960
10.4	Legitimidade . . . . .	960
10.5	Competência. . . . .	961
10.6	Procedimento . . . . .	961

## **CAPÍTULO 11**

Ações de família . . . . .	963	
11.1	Noções gerais . . . . .	963
11.2	Cabimento e Legitimidade . . . . .	964
11.3	Competência. . . . .	964
11.4	Procedimento . . . . .	964

## **CAPÍTULO 12**

Ação monitória . . . . .	967	
12.1	Noções gerais . . . . .	967
12.2	Características . . . . .	968

12.3	Natureza jurídica . . . . .	968
12.4	Objeto e alcance da ação monitoria . . . . .	969
12.5	Requisito específico da ação monitoria . . . . .	970
12.5.1	Prova escrita . . . . .	970
12.6	Legitimidade para a ação monitoria . . . . .	972
12.7	Juízo sumário . . . . .	973
12.8	Competência no processo monitorio . . . . .	973
12.9	Petição inicial. Mandado de pagamento ou de entrega . . . . .	974
12.10	Natureza do mandado liminar. Extensão de sua eficácia . . . . .	975
12.11	Formação do título executivo . . . . .	978
12.12	Ônus da prova no processo monitorio . . . . .	978
12.13	Procedimento . . . . .	979
12.14	Embargos monitorios . . . . .	981
12.15	Reconvenção . . . . .	984
12.16	Assistência e litisconsórcio . . . . .	984
12.17	Revelia no processo monitorio . . . . .	985
12.18	Natureza dos embargos . . . . .	986
12.19	Tutela provisória . . . . .	986
12.20	Cabimento de audiência de conciliação . . . . .	986
12.21	Litispêndência. Coisa julgada. Questões processuais e de mérito . . . . .	987
12.22	Honorários advocatícios. Despesas processuais. Isenção . . . . .	988
12.23	Ação monitoria contra a Administração Pública . . . . .	989

### **CAPÍTULO 13**

	Homologação de penhor legal . . . . .	991
13.1	Conceituação de penhor . . . . .	991
13.2	Penhor legal no CPC . . . . .	991

### **CAPÍTULO 14**

	Regulação de avaria grossa . . . . .	995
14.1	Noções gerais . . . . .	995
14.2	Cabimento, Legitimidade e conteúdo . . . . .	996
14.3	Competência . . . . .	997
14.4	Procedimento . . . . .	997

### **CAPÍTULO 15**

	Restauração de autos . . . . .	999
15.1	Noções gerais . . . . .	999
15.2	Natureza jurídica e cabimento . . . . .	999
15.3	Legitimidade . . . . .	1000
15.4	Competência . . . . .	1000

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

15.5	Procedimento .....	1001
15.6	Sentença.....	1002
15.7	Restauração dos autos no tribunal.....	1002
15.8	Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos .....	1003

**CAPÍTULO 16**

	Disposições gerais de procedimentos especiais de jurisdição voluntária .....	1005
16.1	Características da jurisdição voluntária .....	1005
16.2	Procedimento .....	1007
16.3	A jurisdição voluntária no CPC .....	1009

**CAPÍTULO 17**

	Das notificações e das interpelações .....	1011
17.1	Noções gerais .....	1011
17.2	Procedimento .....	1011

**CAPÍTULO 18**

	Alienação judicial.....	1013
18.1	Noções gerais .....	1013
18.2	Procedimento .....	1014

**CAPÍTULO 19**

	Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio.....	1017
19.1	Noções gerais .....	1017
19.2	Legitimidade e competência .....	1019
19.3	Procedimento .....	1019
19.4	Sentença.....	1020
19.5	Revisão e rescisão do acordo de separação .....	1021

**CAPÍTULO 20**

	Testamentos e codicilos .....	1023
20.1	Noções gerais .....	1023
20.2	Competência .....	1024
20.3	Procedimento .....	1024
20.4	Sentença.....	1025

**CAPÍTULO 21**

	Herança jacente .....	1027
21.1	Noções gerais .....	1027
21.2	Competência.....	1028
21.3	Legitimidade .....	1028

21.4	Procedimento	1028
21.5	Administração da herança	1030
21.6	Declaração de vacância	1030

## **CAPÍTULO 22**

	Bens do ausente	1031
22.1	Noções gerais	1031
22.2	Competência	1032
22.3	Procedimento	1032

## **CAPÍTULO 23**

	Coisas vagas	1035
23.1	Noções gerais	1035
23.2	Legitimidade e competência	1036
23.3	Procedimento	1036

## **CAPÍTULO 24**

	Interdição	1039
24.1	Noções gerais	1039
24.2	Legitimidade	1040
24.3	Competência	1040
24.4	Procedimento	1040
24.5	Sentença	1042
24.6	Levantamento da interdição	1042
24.7	O curador	1043
24.8	Disposições comuns à tutela e à curatela	1043
24.9	A nova sistemática trazida pela lei de inclusão da pessoa com deficiência (Lei n. 13.146/2015)	1045

## **CAPÍTULO 25**

	Organização e fiscalização das fundações	1051
25.1	Noções gerais	1051
25.2	Procedimento	1051
25.3	Extinção das fundações	1052

## **CAPÍTULO 26**

	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo	1053
26.1	Noções gerais	1053
26.2	Competência	1053
26.3	Legitimidade	1053
26.4	Procedimento	1053

**SEÇÃO III**

Processo de Execução. . . . .	1055
-------------------------------	------

**CAPÍTULO 1**

Teoria geral da execução. . . . .	1055
1.1 Breve histórico do novo processo civil. . . . .	1055
1.2 Disposições gerais. . . . .	1056
1.3 Características da execução. . . . .	1058
1.4 Aplicação subsidiária das normas cognitivas à execução. . . . .	1059
1.5 Princípios da execução. . . . .	1059
1.5.1 Princípio da cartularidade. . . . .	1060
1.5.2 Princípio da efetividade da execução. . . . .	1061
1.5.3 Princípio do menor sacrifício possível para o executado. . . . .	1061
1.5.4 Princípio do contraditório. . . . .	1062
1.5.5 Princípio do desfecho único. . . . .	1062
1.6 Das partes no processo de execução. . . . .	1063
1.6.1 Noções gerais. . . . .	1063
1.6.2 Legitimação. . . . .	1063
1.6.2.1 Legitimados ativos. . . . .	1063
1.6.2.2 Legitimados passivos. . . . .	1065
1.6.3 Incidentes. . . . .	1067
1.6.4 Litisconsórcio. . . . .	1069
1.6.5 Intervenção de terceiros. . . . .	1070
1.6.6 Cumulação de execuções. . . . .	1071
1.7 Jurisdição e competência na relação processual executiva. . . . .	1072
1.7.1 Limites e controle da jurisdição no processo executivo. . . . .	1072
1.7.2 Competência. . . . .	1073
1.7.3 Competência na execução de título extrajudicial. . . . .	1073
1.7.3.1 Foro competente para a ação do cheque. . . . .	1074
1.7.3.2 Foro competente para a duplicata. . . . .	1074
1.7.3.3 Foro competente para a nota promissória. . . . .	1074
1.7.3.4 Foro competente para a execução de hipoteca e de aluguéis. . . . .	1074
1.7.4 Competência na execução fiscal. . . . .	1075
1.7.5 Competência nos processos incidentais. . . . .	1076
1.7.6 Competência na insolvência civil. . . . .	1076
1.8 Requisitos da execução. . . . .	1077
1.8.1 Noções gerais. . . . .	1077
1.8.2 Inadimplemento do devedor. . . . .	1077
1.8.2.1 <i>Exception non rite adimpleti contractus</i> . . . . .	1078
1.8.2.2 <i>Exception non adimpleti contractus</i> . . . . .	1079



1.8.3	Título executivo . . . . .	1079
1.8.3.1	Conceito . . . . .	1080
1.8.3.2	Natureza jurídica . . . . .	1080
1.8.3.3	Classificação . . . . .	1081
1.8.4	Modalidades de títulos executivos extrajudiciais. . . . .	1081
1.8.4.1	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque . . . . .	1081
1.8.4.2	Instrumento público ou privado de confissão de dívida. . . . .	1082
1.8.4.3	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução . . . . .	1082
1.8.4.4	O contrato de seguro de vida em caso de morte . . . . .	1082
1.8.4.5	Crédito decorrente de foro ou laudêmio . . . . .	1083
1.8.4.6	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio . . . . .	1083
1.8.4.7	Certidão da Dívida Ativa da Fazenda Pública. . . . .	1083
1.8.4.8	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral . . . . .	1084
1.8.4.9	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas . . . . .	1084
1.8.4.10	Outros títulos extrajudiciais. . . . .	1084
1.8.5	Da exigibilidade da obrigação. . . . .	1085
1.8.5.1	Certeza . . . . .	1086
1.8.5.2	Liquidez. . . . .	1086
1.8.5.3	Exigibilidade . . . . .	1087
1.9	Da responsabilidade patrimonial . . . . .	1087
1.9.1	Noções gerais. . . . .	1087
1.9.2	Bens do devedor. . . . .	1088
1.9.3	Fraude à execução e fraude contra credores . . . . .	1093
1.9.4	Alienação de bem penhorado . . . . .	1096
1.9.5	Registro do arresto ou da penhora e sua finalidade . . . . .	1098

## CAPÍTULO 2

	Das diversas espécies de execução . . . . .	1099
2.1	Disposições gerais . . . . .	1099
2.2	Procedimentos executivos existentes. . . . .	1103
2.3	Execução provisória e definitiva. . . . .	1104
2.4	Meios de execução . . . . .	1105
2.4.1	Sub-rogação (execução direta) . . . . .	1106
2.4.2	Coerção ou coação (execução indireta) . . . . .	1106

**CAPÍTULO 3**

Execução para a entrega de coisa . . . . .	1107
3.1 Execução para entrega de coisa certa . . . . .	1107
3.2 Execução para entrega de coisa incerta. . . . .	1109

**CAPÍTULO 4**

Execução das obrigações de fazer e de não fazer. . . . .	1111
4.1 Disposições comuns . . . . .	1111
4.1.1 Meios executivos . . . . .	1112
4.1.2 <i>Astreintes</i> . . . . .	1112
4.2 Execução das obrigações de fazer . . . . .	1115
4.2.1 Processo de execução . . . . .	1115
4.2.2 Da conversão em perdas e danos . . . . .	1117
4.2.3 Prática do fato por terceiro. . . . .	1117
4.2.4 Execução da obrigação pelo credor . . . . .	1118
4.2.5 Cumprimento da obrigação . . . . .	1119
4.3 Execução das obrigações de não fazer. . . . .	1119

**CAPÍTULO 5**

Execução por quantia certa . . . . .	1123
5.1 Execução por quantia certa contra devedor insolvente . . . . .	1123
5.2 Execução por quantia certa contra devedor solvente. . . . .	1126
5.2.1 Disposições gerais . . . . .	1126
5.2.2 Citação do devedor e arresto . . . . .	1127
5.2.3 Penhora, depósito e avaliação . . . . .	1131
5.2.3.1 Objeto da penhora . . . . .	1131
5.2.3.2 Documentação da penhora, seu registro e depósito . . . . .	1138
5.2.3.3 Lugar da realização da penhora. . . . .	1140
5.2.3.4 Modificações da penhora . . . . .	1140
5.2.3.5 Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira . . . . .	1143
5.2.3.6 Penhora de créditos . . . . .	1145
5.2.3.7 Penhora de quotas ou de ações de sociedades personificadas . . . . .	1146
5.2.3.8 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes. . . . .	1147
5.2.3.9 Penhora de percentual de faturamento da empresa. . . . .	1148
5.2.3.10 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel . . . . .	1148
5.2.3.11 Avaliação . . . . .	1149
5.2.4 Expropriação de bens . . . . .	1156
5.2.5 Satisfação do crédito . . . . .	1168

**CAPÍTULO 6**

Execução contra a Fazenda Pública . . . . .	1171
---	------

<b>CAPÍTULO 7</b>	
Execução de alimentos . . . . .	1177
<b>CAPÍTULO 8</b>	
Execução fiscal . . . . .	1181
8.1 Introdução . . . . .	1181
8.2 Procedimento . . . . .	1182
<b>CAPÍTULO 9</b>	
Defesa do executado: embargos, objeção de pré-executividade e ação autônoma	1187
9.1 Noções gerais . . . . .	1187
9.2 Procedimento . . . . .	1188
9.3 Da defesa do executado contra arrematação, adjudicação e alienação . . . . .	1192
9.4 Exceção de pré-executividade . . . . .	1193
9.4.1 Procedimento . . . . .	1195
<b>CAPÍTULO 10</b>	
Suspensão e extinção do processo de execução . . . . .	1197
10.1 Suspensão do processo de execução . . . . .	1197
10.2 Extinção do processo de execução . . . . .	1199
<b>SEÇÃO IV</b>	
Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	1203
<b>CAPÍTULO 1</b>	
Da ordem dos processos no Tribunal . . . . .	1203
1.1 Noções preliminares . . . . .	1203
1.1.1 A geografia da matéria no CPC/2015 . . . . .	1203
1.1.2 Escorço histórico . . . . .	1203
1.2 Mecanismos de uniformização . . . . .	1206
1.2.1 Precedentes . . . . .	1206
1.2.2 Modulação temporal . . . . .	1214
1.3 Procedimento recursal . . . . .	1223
1.4 O relator e seus poderes . . . . .	1233
1.5 Correição parcial . . . . .	1236
1.6 As súmulas no direito brasileiro: evolução e situação atual . . . . .	1238
<b>CAPÍTULO 2</b>	
Processos, incidentes e ações . . . . .	1245
2.1 Noções preliminares . . . . .	1245
2.2 Assunção de competência . . . . .	1246
2.2.1 Procedimento . . . . .	1249

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

2.3	Arguição de inconstitucionalidade . . . . .	1251
2.3.1	Iniciativa e momento da arguição da inconstitucionalidade . . . . .	1252
2.3.2	Órgão perante o qual se argui . . . . .	1253
2.3.3	Procedimento . . . . .	1253
2.4	Conflito de competência . . . . .	1256
2.5	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória . . . . .	1258
2.5.1	Competência para a homologação . . . . .	1259
2.5.2	Decisões sujeitas à homologação . . . . .	1259
2.5.3	Decisões arbitrais . . . . .	1260
2.5.4	Requisitos . . . . .	1262
2.5.5	A homologação da decisão . . . . .	1262
2.5.6	Procedimento . . . . .	1263
2.5.7	Homologação de decisão e lide nacional . . . . .	1266
2.5.8	Execução da sentença homologada . . . . .	1267
2.6	Ação rescisória . . . . .	1268
2.6.1	Decisões de mérito e cabimento da ação rescisória . . . . .	1270
2.6.2	Impugnação de descumprimento de súmula vinculante . . . . .	1272
2.6.3	Legitimidade para a ação rescisória e intervenção de terceiros . . . . .	1273
2.6.4	Depósito de 5% do valor da causa . . . . .	1274
2.6.5	Competência . . . . .	1274
2.6.6	Prazo para propor a ação . . . . .	1275
2.6.7	Pressupostos da rescisão . . . . .	1277
2.6.8	Tutela provisória na ação rescisória . . . . .	1284
2.6.9	Procedimento . . . . .	1285
2.6.10	Execução da sentença rescindenda . . . . .	1288
2.7	Ação anulatória . . . . .	1289
2.8	O incidente de resolução de demandas repetitivas . . . . .	1291
2.8.1	Natureza do incidente . . . . .	1291
2.8.2	Influência do direito estrangeiro . . . . .	1292
2.8.3	Cabimento . . . . .	1294
2.8.4	Regras gerais . . . . .	1295
2.8.5	Procedimento . . . . .	1299
2.9	Reclamação . . . . .	1305
2.9.1	Procedimento . . . . .	1309

**CAPÍTULO 3**

	Teoria geral dos recursos . . . . .	1313
3.1	Noções preliminares . . . . .	1313
3.2	Natureza jurídica dos recursos . . . . .	1315
3.3	Duplo grau de jurisdição . . . . .	1316

3.4	Atos sujeitos a recurso	1316
3.5	Prazo para interposição do recurso	1317
3.6	Legitimidade e interesse para recorrer	1321
3.7	Princípios relativos aos recursos	1324
3.8	Classificação dos recursos	1326
3.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	1330
3.10	Efeitos dos recursos	1335
3.11	Modulação dos efeitos temporais da decisão nos recursos	1338
3.12	■ Resistência do recurso	1340
3.13	Renúncia ao direito de recorrer	1341
3.14	Aquiescência	1343

	Recursos em <i>especie</i>	1345
4.1	Apelação	1345
4.1.1	Cabimento do recurso	1345
4.1.2	Prazo para interposição	1348
4.1.3	Efeitos da apelação	1349
4.1.4	Recebimento da apelação	1353
4.2	Agravo	1354
4.2.1	Prazo para interposição	1354
4.2.2	Efeitos do agravo	1355
4.2.3	Agravo de instrumento	1356
4.2.4	Agravo interno	1363
4.3	Embargos de declaração	1365
4.3.1	Prazo para interposição	1368
4.3.2	Efeitos dos embargos de declaração	1368
4.3.3	Procedimento	1371

## CAPÍTULO 5

	Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	1375
5.1	Recurso ordinário constitucional	1375
5.1.1	Natureza e definição	1375
5.1.2	Competência	1376
5.1.3	Requisitos de admissibilidade e procedimento	1377
5.2	Recurso especial e recurso extraordinário	1379
5.2.1	Histórico	1379
5.2.2	Recurso especial	1382
5.2.3	Recurso extraordinário	1386
5.2.3.1	A repercussão geral do recurso extraordinário	1394
5.2.4	Efeitos do recurso especial e extraordinário	1404

## MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO

5.2.5	Interposição dos recursos especial e extraordinário . . . . .	1406
5.2.6	Ordem do julgamento dos recursos especial e extraordinário . . . . .	1408
5.3	O julgamento na hipótese dos recursos repetitivos . . . . .	1408
5.3.1	Visão geral do procedimento . . . . .	1408
5.3.2	O papel do relator . . . . .	1413
5.3.3	O art. 256 do Regimento Interno do STJ . . . . .	1418
5.3.4	A possibilidade de consenso nos julgamentos repetitivos . . . . .	1422
5.4	Agravo em recurso especial e extraordinário . . . . .	1427
5.5	Embargos de divergência . . . . .	1429

**SEÇÃO V**

Disposições Finais e Transitórias	1433
-----------------------------------	------

**CAPÍTULO 1**

Das disposições finais e transitórias do CPC . . . . .	1433
1.1 Disposições de direito transitório e parâmetros para a aplicação das normas do CPC/2015 . . . . .	1433
1.2 Disposições relativas a usucapião administrativa . . . . .	1445
<i>Referências</i> . . . . .	1451